



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026

(Da Sra. MARIA ROSAS)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o atraso na entrega de livros em braile aos estudantes com deficiência visual no âmbito da educação básica.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Educação, com o objetivo de debater o recorrente atraso na entrega de livros em braile aos estudantes com deficiência visual nas redes de ensino do país.

Para a discussão da matéria, sugiro que sejam convidados:

- 1- Representante do Ministério das Educação.
- 2- Representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- 3- Especialistas em Educação Inclusiva;
- 4- Entidades Representativas das Pessoas com Deficiência Visual.





JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa visa enfrentar uma grave distorção no acesso à educação inclusiva no Brasil: o atraso sistemático na disponibilização de materiais didáticos em braile aos estudantes com deficiência visual.

Enquanto alunos que não possuem deficiência recebem seus livros didáticos no início do ano letivo, geralmente no mês de janeiro e fevereiro, há diversos relatos de que estudantes com deficiência visual enfrentam atrasos significativos na entrega de materiais adaptados, o que compromete diretamente seu processo de aprendizagem desde os primeiros dias de aula.

Tal situação afronta princípios constitucionais, especialmente o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como o dever do Estado de garantir educação inclusiva de qualidade a todos. A ausência ou atraso no material adequado impõe barreiras adicionais a esses estudantes, ampliando desigualdades e prejudicando seu desempenho acadêmico.

A entrega tempestiva de livros em braile é condição mínima para assegurar dignidade, autonomia e igualdade de oportunidades aos alunos com deficiência visual.

Diante desse cenário, a realização de audiência pública permitirá ouvir os órgãos responsáveis pela execução das políticas educacionais, identificar as causas dos atrasos, avaliar eventuais falhas operacionais e propor soluções concretas que assegurem maior eficiência e equidade na distribuição dos materiais.

Assim, a Comissão de Educação cumpre seu papel fiscalizador e propositivo, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva no país.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputada MARIA ROSAS

